


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0009398-68.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 23/01/2014 17:00:26 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

**RELATÓRIO**

**ANTONIO MARIO DA SILVA** propõe ação de conhecimento contra **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO USP** aduzindo ser servidor efetivo admitido em 03/06/63, e aposentado desde 25/07/94. Que exerceu a função de Assistente Técnico de Direção para Assuntos Administrativos no período de 13/08/92 a 15/12/93. Sob o fundamento de que a autonomia universitária da ré não interfere sobre tal questão, pede o pagamento e a incorporação aos seus proventos da parcela *gratificação executiva*, instituída pela LC nº 797/95 com reajustes e alterações em diversas leis complementares posteriores.

A ré, em contestação, alegou: (a) a prescrição do fundo de direito; (b) a prescrição quinquenal; (c) a autonomia da Universidade (art. 207 da CF), que não se submete às leis complementares que instituam a gratificação executiva; (d) a inaplicabilidade da Lei nº 797/95 ao autor pois este não se encontra em nenhum dos anexos citados pela lei; (e) que a Universidade previu, nos moldes da Lei Complementar nº 797/95, o pagamento de uma contraprestação equivalente à verba de representação do Reitor, já recebida pelo autor. Pede a improcedência da ação.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A prescrição do fundo de direito não ocorreu, pois “no reconhecimento de diferenças salariais, a prescrição atinge apenas as parcelas anteriores aos cinco anos que antecederam a data do ajuizamento da ação, nos termos da Súmula/85 STJ” (STJ, AgRg no REsp 1357025/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

MARQUES, 2ªT, j. 23/04/2013); logo, incide apenas a prescrição quinquenal.

Ingressa-se na matéria controvertida. A respeito, melhor refletindo sobre a questão, impôs-se a este magistrado a alteração de sua convicção jurídica, diante dos sólidos fundamentos a embasarem a improcedência da demanda. A este juízo, com efeito, resulta claro que a legislação instituidora do benefício da gratificação executiva não a concedeu aos cargos e empregos da Universidade de São Paulo.

O cerne da discussão, segundo entendemos, não está na dita impossibilidade de aplicação das normas versando sobre o regime remuneratório às universidades por conta da propalada autonomia financeira garantida pelo art. 207 da CF.

A autonomia, com efeito, não chega a tanto.

O STF, desde antes da CF/88, quando a legislação já previa a autonomia, afirmou a inexistência de óbice à fixação, por lei e sem participação da universidade, de vencimentos e vantagens aos servidores universitários (RE 100769, Rel. Min. RAFAEL MAYER, 1ªT, j. 24/08/1984).

O entendimento foi mantido na vigência da CF/88, em que decidiu-se: "o fato de gozarem as universidades da autonomia que lhes é constitucionalmente garantida não retira das autarquias dedicadas a esse mister a qualidade de integrantes da administração indireta, nem afasta, em consequência, a aplicação, a seus servidores, do regime jurídico comum a todo o funcionalismo, inclusive as regras remuneratórias" (RExt 331285, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, 1ªT, j. 25/03/2003).

A questão, em verdade, é mais simples e não chega ao plano constitucional, solucionando-se pela exegese da legislação instituidora da gratificação executiva.

Tal legislação não concedeu o benefício aos servidores da USP.

A LC 797/95 e a LC 802/95 instituíram a gratificação a servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias. Os arts. 1ºs não fizeram distinção entre autarquia comum e autarquia especial – como é o caso da USP.

Logo, numa linha de princípio, pelo fato de o legislador ter se valido da expressão "autarquia" em sentido amplo, o benefício não estaria pré-excluído aos servidores da universidade; afinal, onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

fazê-lo.

O ponto, porém, não é este. O essencial está em que a gratificação executiva foi concedida somente aos servidores públicos integrantes das classes mencionadas na LC 797/95 e na LC 802/95. Não se trata de benefício atribuído indistintamente a todos os servidores públicos do Estado de São Paulo, da Administração Direta e Indireta.

Pois bem. Examinando-se que classes são essas, alcançadas pelas leis complementares em questão, temos a convicção segura de que os servidores da USP, nomeados para cargos públicos ou contratados para empregos públicos, não são atingidos, não fazendo então jus ao benefício.

Observe-se.

O **art. 1º da LC 797/95** instituiu gratificação para os servidores:

- regidos pela LC 712/93: essa lei instituiu o plano geral de cargos e salários aplicável à Administração Direta e Indireta no Estado de São Paulo. Todavia, o plano não é tão geral como se propõe, porque o art. 1º é expresso ao dispor que aplica-se aos servidores "expressamente indicados nos Anexos I e II", e o art. 2º que o plano estende-se também aos servidores "expressamente indicados no Anexo III" integrados em alguns quadros especiais mencionados, nenhum deles relacionados à USP. Tanto aquele plano geral não concerne às universidades que nos anexos não consta qualquer menção, por exemplo, ao cargo de professor universitário, ou ao cargo de reitor.

- regidos pela LC 700/92: essa lei trata dos servidores da Secretaria da Fazenda e autarquias vinculadas aos serviços fazendários, sem pertinência com a universidade.

- regidos pela LC 674/92: lei que trata dos servidores da Secretaria de Saúde e autarquias vinculadas aos serviços e ações de saúde, sem pertinência com a universidade.

- regidos pela L 4569/85: lei que corresponde ao Estatuto dos Ferroviários, sem qualquer relação com o quadro funcional da Universidade de São Paulo.

Já o **art. 1º da LC 802/95** estendeu a gratificação executiva a servidores dos quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Autarquias, integrantes das classes constantes dos Anexos I a IV que, por sua vez, conforme preceitua o art. 2º, também dizem respeito, tão-somente, servidores regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, e pela L 4569/85 (as mesmas acima analisadas).

O exame das normas que criaram a gratificação executiva, em consequência, deixa fora de dúvida que a vantagem pecuniária não foi concedida aos servidores da USP, pois não são regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, ou pela L 4569/85, únicos contemplados com a parcela remuneratória em discussão.

E, não tendo sido concedida pelo Poder Legislativo, impera o princípio da legalidade, não cabendo ao Poder Judiciário substituir-se ao legislador. Aliás, não poderia fazê-lo nem mesmo a pretexto de realizar o princípio da isonomia (Súm. 339, STF).

Ao final, cumpre salientar que a identidade ou semelhança na rubrica ou nomenclatura de cargo ou emprego existente na USP com cargo, emprego ou função-atividade mencionada nos Anexos da LC 797/95 e da LC 802/95 apresenta-se irrelevante, pois a gratificação executiva somente foi concedida aos nomeados ou contratados para cargos, empregos ou funções com aqueles nomes e que, simultaneamente, sejam regidos pela LC 712/93, pela LC 700/92, pela LC 674/92, ou pela L 4569/85.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **CONDENO** a parte autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 724,00, observada eventual AJG.

P.R.I.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**